



## APRESENTAÇÃO

Tainah Biela Dias\*

Vivemos em tempos marcados pelo avanço de conservadorismos religiosos no mundo todo. Particularmente, no Brasil, observamos movimentações no intuito de restringir, de forma ainda mais incisiva, os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e da população LGBTQI+ em empreitadas que articulam explicações e justificativas religiosas acerca da vida, da sexualidade, da moralidade pública e que criam narrativas aparentemente coerentes em um contexto sociocultural profícuo para sua reprodução.

Em 22 de Outubro de 2020, o Brasil foi um dos países proponentes e signatários da *Declaração de Consenso de Genebra*, da qual participaram da cerimônia duas autoridades do Poder Executivo brasileiro, juntamente com Estados Unidos, Egito, Hungria, Indonésia, Uganda e outros 25 países, dentre os quais muitos possuem governos globalmente reconhecidos como autoritários. O texto da declaração visa, em tese, promover a *saúde das mulheres*, a *vida humana* e a *família*. Sabemos bem, porém, as formas pelas quais discursos que articulam os corpos das *mulheres*, *vida* e *família* têm sido instrumentalizados no Brasil por grupos e lideranças político-religiosas advindas de setores conservadores. Como periódico especializado em estudos de gênero e religião, o presente volume da Revista Mandrágora conta com diversos textos sobre os avanços de conservadorismos religiosos sobre pautas relacionadas a uma *moralidade pública* que interferem diretamente no campo da política e na obstaculização de direitos. Trata-se, portanto, de um movimento que não se restringe às fronteiras nacionais, mas de uma articulação global e religiosamente legitimada com o intuito

---

\* Doutoranda e Mestra em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC). Membro do Grupo de Estudos de Gênero e Religião Mandrágora/NETMAL e do corpo editorial da Revista Mandrágora. Endereço eletrônico: tainah.biela@gmail.com

de estabelecer quais são as *vidas que importam*, para remeter muito brevemente a reflexões realizadas por Judith Butler.

Neste cenário, pensamos ser imprescindível visibilizar, também, formas de resistência e insurgência de sujeitos sociais, sobretudo aquelas que ocorrem dentro do próprio campo religioso e que, felizmente, têm encontrado brechas para promover articulações globais e redes de solidariedade.

A exemplo dessas articulações, o texto que abre este volume recebe o título “*Não nos liberte, nós cuidamos disso*”: *mulheres muçulmanas enunciam sua inteligência sociopolítica e de justiça para com o mundo*, de Maria Eduarda Antonino Vieira. O percurso argumentativo da autora tem o objetivo de visibilizar formas de organização de mulheres muçulmanas, com ênfase em países como Inglaterra e França, e aborda aspectos relacionados a embates entre grupos feministas majoritariamente brancos e o feminismo islâmico, demonstrando como as mulheres muçulmanas têm protagonizado formas de resistência não pela negação de sua identidade religiosa, mas, ao contrário, por sua afirmação. Neste processo, a autora enfatiza as possibilidades de negociação e apropriação de um discurso religioso, comumente entendido como opressor, para defesa das suas próprias pautas e movimentos de libertação. Por fim, explicita a necessidade de diálogo entre os feminismos islâmicos e outras correntes feministas, com o intuito de compreender a complexidade da luta das mulheres pela garantia de seus direitos e criação de redes globais.

Transportando-nos da Europa para as periferias brasileiras, Bruno Carvalho Rocha contribui para este volume com o texto *Um corpo herético no rap: uma teopoética erótica em Alice Guél*, trazendo-nos reflexões instigantes acerca da rapper transgênero Alice Guél e sua produção musical, intimamente relacionada a aspectos da religiosidade cristã evangélica. No decorrer do texto, o autor demonstra como a questão interseccional é marca da vivência de uma mulher transgênero, negra e da periferia, assim como explicita os desafios de um *corpo herético* dentro do rap, problematizando o caráter historicamente sexista e LGB-Tfóbico que, um dia, marcou este movimento. Entretanto, a presença de Alice Guél e outras personalidades, brevemente mencionadas no texto, demonstra como sujeitos dissidentes têm sido capazes de transformar

o rap brasileiro. Por fim, são enfatizados os aspectos de uma teopoética na obra *gueliana*, nome utilizado pelo autor para se referir às produções de Guél, demonstrando como esta é constantemente perpassada por elementos da teologia cristã que são, em um só movimento, acionados, afirmados, problematizados e transgredidos.

Maurílio Ribeiro da Silva, por sua vez, nos traz reflexões acerca das disparidades de gênero no campo das Ciências da Religião no Brasil por meio de uma empreitada religiográfica, em texto intitulado *Religiografia da compartimentação da contribuição feminina nas Ciências da Religião no Brasil*. Num primeiro momento, o autor tece reflexões acerca do próprio método chamado *religiografia*, enfatizando a necessidade de análises que levem em conta fatores qualitativos e quantitativos ao se debruçar sobre metodologias, perfis teóricos, e linhas de pesquisa no campo das Ciências da Religião. Por meio de dados coletados em documentos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MED) e da Plataforma Sucupira, o autor demonstra como, na maior parte dos Programas de Pós-Graduação em Ciências da Religião no Brasil, há um número significativamente reduzido de mulheres na composição dos quadros docentes, dado que se reflete, também, em sua reduzida participação na obra *Compêndio em Ciência da Religião*, considerada pelo autor como a principal obra que dá conta do estatuto epistemológico desta área de conhecimento no Brasil. Por fim, enfatiza a necessidade de ampliação da produção feminina no campo das Ciências da Religião.

Por fim, este volume da Mandrágora tem a honra de contar com um dossiê em homenagem aos 75 anos da Profa. Dra. Maria José Fontelas Rosado Nunes, a Zeca, fundadora da ONG Católicas pelo Direito de Decidir no Brasil. O dossiê foi organizado por Letícia Rocha, Mestra em Ciências da Religião e ativista de CDD, e conta com diversos artigos e textos de homenagem a essa grande pesquisadora e ativista pelos direitos das mulheres. O prefácio foi preparado pela Profa. Dra. Sílvia Pimentel.

Desejamos a todxs uma boa leitura.